ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

----------ATA----------
Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois. ----------
-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Verde, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------
-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão de dez de dezembro de dois mil e vinte e um;---------- ----------
-----2.- Correspondência – Consideração e análise; ----------
-----3.- Período de antes da ordem do dia; ----------
-----4.- Assuntos propostos pela Assembleia Municipal:
-----4.1. – Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, relacionada com a aprovação do desempenho orçamental do exercício de 2021 e aprovar a 1.ª revisão orçamental modificativa, por incorporação do saldo de gerência no montante de 8.334.811,67 milhões de euros, parte não consignada, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo 1, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; ----------
-----4.2. - Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere a aprovar a abertura de procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 3.º grau, coordenador da unidade de contratação pública e expediente geral. E aprovar o júri do concurso, ao abrigo do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, EX Vi do regulamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau; ----------
-----4.3. - Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere a aprovar o projeto de regulamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Vila Verde, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2021, de 29 de agosto, e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------
-----4.4. - Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere a aprovar a abertura de procedimento concursal para os cargos de direção intermédia de 2.º grau – chefe de divisão de urbanismo e edificação e chefe da divisão de administração e finanças, e aprovar, ao abrigo do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a composição do júri com elementos indicados na referida proposta; ----------
-----4.5. - Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, cujo conteúdo se refere a aprovar a constituição do Conselho Municipal de Educação (mandato 2021-2025); ------
-----4.6. - Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal relacionada com a aprovação da "Estratégia Local de Habitação do Município de Vila Verde - ELH", documento essencial para o enquadramento dos apoios financeiros no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1.º direito); ----------
-----4.7. - Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere a aprovar proposta de Regulamento de Apoio à Natalidade; ----------
-----4.8. - Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal relacionada com a alteração ao mapa de Pessoal para 2022; ----------
-----5. - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; ----------

-----6. - Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; ----------
-----7. - Período de intervenção aberto ao público. ----------
-----Estiveram presentes na reunião sessenta e cinco membros. ----------
-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. ----------
-----Tomou posse o Presidente da Junta da União de Freguesias de Esqueiros, Nevogilde e Travassós, após decisão favorável do Plenário que deferiu os motivos da ausência ao ato de instalação deste órgão e verificou que foram cumpridos os prazos legais para o efeito. ----------
-----Face aos pedidos de ausência, por um período inferior a trinta dias, formulado pelos cidadãos Filipa Oliveira Marques, Nuno Emanuel Pimental Queirós, Manuel Dias de Barros e Daniel Alves Vieira, foram empossados, em sua substituição, os cidadãos João Pedro Araújo da Silva, Cláudio Domingues dos Santos Carvalho, Flora de Jesus da Silva Lomba Gomes, respetivamente. ----------
-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta, a esta sessão, dos senhores Presidentes de Junta da Freguesia de Turiz, Vítor Manuel Cardoso Ramos, que se fez substituir pela Secretária, Isabel Maria Machado Oliveira, e da União de freguesias de Escariz S. Mamede e S. Martinho, Adelino Machado, que se fez representar pelo Secretário, Francisco José Xavier Bezerra. ----------
-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, depois de retificada uma gralha, no ponto 5.1., em que o Deputado Ricardo Cerqueira, do BE surgia, por lapso, referenciado como membro do Chega, foi aprovada por maioria, com sessenta e dois votos a favor, zero votos contra e três abstenções. ------
-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que havia recebido uma missiva da Esposa do Dr. João Lobo, a Dra. Fátima Lobo, a, em seu nome e dos seus familiares, expressar o profundo agradecimento pela solidariedade, neste momento de profunda dor, do Presidente da Mesa e de todos os eleitos dos diversos partidos políticos representados neste órgão. A Mesa recebeu ainda a seguinte correspondência: um email de Cláudia Pereira a informar que se tinha demitido do CDS-PP de Vila Verde e a solicitar a sua substituição como membro da CPCJ designada pela bancada do CDS-PP da Assembleia Municipal de Vila Verde; respostas à moção "Requalificação da Rotunda do Canoísta e EN 201", do Grupo Parlamentar do PCP, a acusar a respetiva receção, e à moção "Variantes à EN 101 e à EN 205", do Gabinete do Sr. Primeiro Ministro, da Infraestruturas de Portugal, da CCDRN e do Grupo Parlamentar do PCP, também a acusar a receção, sendo que a missiva da Infraestruturas de Portugal informava que a construção da Variante a Vila Verde estava prevista no Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030), com um investimento estimado em cerca de dezoito milhões de euros e, relativamente à ER205, estavam sinalizadas as seguintes intervenções no concelho de Vila Verde, a realizar a médio prazo (período 2022-2025): A. ER205 – km 39+340 ao km 40-337 – intervenção para proteção dos utilizadores mais vulneráveis (segurança rodoviária); B. ER205 – Proximidade Barcelos (km29+100) e Prado (km 39-800), reabilitação. A mesma missiva mais informava que estavam em execução as seguintes empreitadas: A. EN101 – L.D. VCT/BRG (km 63+017) e Entroncamento com a EN205 (83+460), requalificação, um investimento de 5,2M€, com conclusão prevista para ago-2022; B.

Conservação Corrente por Contrato 2017/2020 – Distrito de Braga, um investimento de 6,4M€ na rede rodoviária do Distrito de Braga, com conclusão prevista para fev-2022. Relativamente à construção da Variante à EN/ER205, informava que competia ao IMT o planeamento da nova rede rodoviária, pelo que sugeria o envio àquela entidade desta pretensão. Foi ainda rececionado o Guia Prático das Assembleias Municipais, com perguntas e respostas, direitos e deveres. Toda esta correspondência ficou inteiramente disponível para consulta de todos os membros do Plenário. ----------

-----No terceiro ponto - período de antes da ordem do dia -, o Presidente da Mesa, depois de relevar que havia sido deliberado, em sede de Comissão Permanente, que fosse apresentado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Lobo, passou à apresentação do mesmo com o teor que se passa a transcrever integralmente: ----------

-----"Como é do conhecimento e pesar de todos, na madrugada de 17 de dezembro de 2021, faleceu aquele que, para mim, como homem e atual Presidente deste órgão, nenhum Voto de Pesar seria suficiente na sua fundamentação para fazer jus à craveira e obra do Dr. João Lobo nas suas múltiplas dimensões. As considerações do presente voto são, assim, necessariamente insuficientes para a dimensão daquele que jamais esqueceremos, mas são simultaneamente as suficientes para celebrar a sua existência e a sua dedicação a Vila Verde, com a mesma simplicidade e lisura com que o Dr. João Lobo tantas vezes interagia com quem lhe dirigia a palavra quando com ele se cruzava. A Assembleia Municipal de Vila Verde não poderia assim deixar de prestar uma derradeira homenagem e o reconhecimento deste órgão e deste concelho no momento da sua morte. Como político, o Dr. João pautou a sua carreira com afinco e retidão, foi deputado municipal de Braga, presidente da Assembleia Municipal de Vila Verde, entre 1997 e 2015, e ocupou ainda com mestria, diga-se de passagem, o cargo de deputado à Assembleia da República, eleito na XII legislatura (2011). Foi, ainda, presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM Cávado. Foi ainda, e digo-o com muito sentido profissional, um excelente advogado. Um mestre nas causas em que se dedicava. Pelo meio, manifestou e deu aso à sua vertente humana, espelhando carinho, escrevendo. João Lobo era, também, escritor de contos e romances. Lindos e únicos, que aconselho, logo que possam, a lermos e pensar no seu intrínseco sentido humanista. Mas o que realmente será sempre um legado para todos, reside naquilo que era a sua finura, o seu trato, a sua simplicidade, a sua dimensão humana. Um homem de valores. Com um sempre presente sentido sensível em todas as abordagens da sua vida. Um exemplo de homem. Assim, pela sai carreira e dedicação à causa pública, com um importante legado para Vila Verde, e tendo sido deputado municipal e Presidente deste Órgão deliberativo, na minha pessoa, na pessoa dos meus secretários, Dra. Martinha e Sr. Costa, e em nome de todas as bancadas com assento neste órgão deliberativo, e todos aqueles que se unam a este voto de pesar, propõem que se delibere: 1. Reconhecer o papel ímpar do Dr. João Lobo no seio do órgão Deliberativo de Vila Verde. 2. Exprimir um profundo pesar pela sua morte. 3. Sugerir ao executivo da Câmara Municipal de Vila Verde a preservação da memória do Dr. João Lobo, através da divulgação das suas obras e da atribuição da designação "João Lobo" a um equipamento cultural municipal de relevo no domínio da cultura. 4. Remeter o presente Voto de Pesar à sua família. 5. Observar um minuto de silêncio, em sua devida homenagem." O Plenário observou um minuto em devida homenagem ao Dr. João Lobo. ----------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Atiães, Samuel Estrada, considerou que um poder relevante confiado aos municípios havia sido o de ordenar o território. O legislador entendera, muito bem, que os municípios seriam as entidades mais capazes de melhor interpretar as identidades dos territórios, as suas necessidades e caraterísticas, competindo-lhes, assim, definir o que cada um podia fazer com a sua propriedade, através do instrumento estruturante do ordenamento jurídico que era o Plano Diretor Municipal (PDM). Numa altura em que se estava a rever o PDM do concelho de Vila Verde, esperando-se que no sentido de dar um salto para um PDM de terceira geração, importava também revisitar os PDM de primeira e segunda geração e aquelas que haviam sido as suas falhas, até para evitar a reiteração dos erros. Uma das falhas essenciais fora a incapacidade que os municípios haviam manifestado de tomarem a dianteira e de serem protagonistas na planificação e na edificação, papel que tinha, demasiadas vezes, ficado relegado para o impulso dos particulares e de especuladores que, inspirados pelo lucro, quase sempre dissonante dos interesses das coletividades, haviam gerado enormes problemas às populações. A segunda falha era a incapacidade de conter a dispersão territorial. Ambas geravam problemas que nem os municípios nem as populações desejavam. Dispersão, mau urbanismo, má organização do território e sobretudo muitos prejuízos para os cofres municipais - e do Governo - que se viam obrigados a levar infraestruturas como água, saneamento, estradas e eletricidade aos sítios mais inóspitos onde os particulares queriam construir uma casa. Reportou-se a uma das reuniões que o Município havia promovido entre os técnicos e os presidentes de Junta, tinha sido dado conta de que, em Atiães, o Município pretendia, porventura na área mais alta, com umas dezenas de hectares de terreno, desenvolver uma zona industrial. A concretizar-se esta medida e considerando que para ali chegar era necessário percorrer toda a zona residencial, servida por uma estrada municipal com cerca de cinco metros e pequenas estradas interiores que não tinham mais de quatro metros e que tinham sido pensadas para um tráfego residencial, estava-se a provocar uma profunda agressão ao território e à sua comunidade. Desde logo porque ia condenar aquela população ao desassossego do trânsito, do ruído, da poluição, das vibrações de camiões pesados e à obrigação de conviver, de forma indisfarçável, com edifícios com volumetria e com estruturas em tudo dissonantes da identidade da freguesia, o que representaria uma cicatriz indelével para todo o território. Acresciam prejuízos do ponto de vista arqueológico, porquanto se tratava de uma zona não explorada, mas com evidências da passagem da Via XIX romana, estando cercada de uma das maiores manchas florestais do concelho, com relevantes patrimónios paisagístico e ambiental e com recursos, em matéria de águas subterrâneas, que não podiam ser afetados. Esta era a terceira vaga de executivos municipais a ali tentarem edificar uma zona industrial. Nos anos noventa, na governação do CDS, havia sido tentada a sua utilização para a instalação de lixo e, posteriormente, para zona de exploração de papel, tentativas que haviam recebido veementes negas da população, incluindo manifestações que deveriam ter dado ao Município a perceção de que essa não era a vontade popular. Existiam ainda inegáveis prejuízos para o Município, pois não era combatida a dispersão. Quando existia, a dois quilómetros, o Parque Industrial de Oleiros, muito longe de estar ocupado e com uma ampla margem de crescimento, que o Município não pretendia dilatar, não era compreensível nem aceitável que o Município quisesse criar em Atiães uma espécie de enclave disperso de indústria, além de implicar a criação de estruturas, como o

saneamento, que ainda não existia naquela freguesia, assim como água, eletricidade e rede viária, ou seja, milhões de euros que não se iam destinar à população, mas apenas a meia dúzia de especuladores que não estava comprometidos no concelho, porque tinham a dois quilómetros espaço para os receber. A freguesia antes necessitava de mais habitação para estancar a saída de jovens que, ano após ano, procuravam noutras freguesias a casa que não encontravam em Atiães, em vez dos pavilhões industriais. Mais incompreensível se afigurava esta situação quando era sabido que, ao invés de Atiães, outras freguesias queriam, precisavam e reclamavam há muitos anos estas medidas que, aliás, lhes eram prometidas, como acontecia com a Ribeira do Neiva. Disponibilizou-se para dar conta, *in loco*, à Presidente da Câmara Municipal, dos problemas e constrangimentos que esta situação poderia causar em Atiães. Sugeriu que, além dos técnicos, também os presidentes de Junta fossem chamados a ter um papel ativo na construção do novo PDM, pois, mais do que os técnicos, estavam no terreno e conheciam as vivências e as necessidades das suas populações. Apelou à mesma Edil para que reconsiderasse e, em conjunto, encontrassem uma melhor solução para aquele espaço. Ademais, o que quer que se fizesse no PDM, ficaria automaticamente marcado no território, o que significava que a alteração deveria ser estudada e discutida de forma ampla, isenta das mesquinhices partidárias e concentrada num horizonte onde se encontrassem as populações, os territórios e a sua identidade, no qual se respeitassem o ontem, o hoje e o amanhã, das terras e das suas gentes. Num mês em que, e muito bem, se comemorava o Namorar Portugal podia-se encontrar inspiração para namorar o PDM nos próximos meses e evitar cair na tentação de o trair optando por interesses dissonantes dos anseios dos Vilaverdenses. ----------

-----Ricardo Cerqueira, do Bloco de Esquerda (BE), apresentou uma recomendação de solidariedade com o povo ucraniano, pela implementação urgente de medidas para apoio e receção a pessoas refugiadas e de sanções contra a oligarquia russa. Na madruga de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois, as tropas da Federação Russa invadiram a Ucrânia, uma agressão que merecia absoluto repúdio do Bloco de Esquerda que se solidarizava com o povo ucraniano e com todas as pessoas que se estavam a manifestar contra esta invasão, um pouco por todo o mundo, também na Federação Russa, onde várias centenas de pessoas já haviam sido detidas pelo regime de Vladimir Putin por se oporem à agressão militar contra a Ucrânia. O Bloco de Esquerda considerava que Portugal devia aplicar sanções aos dirigentes russos, aos oligarcas seus apoiantes e respetivas empresas internacionais, oferecendo solidariedade política e diplomática à Ucrânia. Num momento em que a guerra estava em curso, era fundamental proteger as pessoas, sendo necessário criar corredores seguros para quem pretendia sair da Ucrânia e era fundamental a solidariedade para receber aquelas pessoas refugiadas. Assim, a Assembleia Municipal de Vila Verde recomendava à Câmara Municipal: que esta se disponibilizasse para receber pessoas refugiadas da guerra na Ucrânia, assegurando todas as condições para a receção condigna daquelas pessoas; colaborasse para a reunificação familiar das pessoas já residentes no concelho de Vila Verde; se disponibilizasse para receber pessoas perseguidas pelo regime da Federação Russa por serem opositores à guerra; que instasse o Governo português a aplicar sanções efetivas à oligarquia russa, revogando e suspendendo a atribuição de vistos *gold* e congelando e expropriando os bens que detinham em território nacional; que instasse as autoridades europeias a tomar medidas efetivas que impedissem o

financiamento do esforço de guerra russo, nomeadamente impedindo a utilização do sistema *Swift* pelo sistema financeiro russo.----------
-----Ricardo Cerqueira, na continuidade das suas intervenções, começou por considerar que os problemas do feminismo estavam muito presentes no país e nesta Assembleia Municipal, sendo que no âmbito das recentes eleições legislativas era também visível a situação, bem atentos os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Braga, sendo que tanto o PSD como o PS cumpriam os mínimos no que respeitava à integração de mulheres nas suas listas candidatas ao Parlamento nacional, elegendo o PSD duas mulheres em oito deputados eleitos e o PS três em nove. Seguidamente, apresentou ainda uma recomendação de saudação ao Dia Internacional das Mulheres, referindo que o mesmo havia sido oficializado pela ONU há quarenta e cinco anos. Enquanto símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo, desde o final do século XIX, o dia oito de março havia-se tornado um marco na História da emancipação das mulheres, mas era também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda lhes eram negados. O que tinha começado por reivindicações de direitos de cidadania e de direito ao voto das mulheres, tinha-se firmado como o início de muitas lutas que haviam determinado conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades. Em Portugal, as mulheres tinham hoje não apenas direito ao voto sem restrições como direito ao aborto seguro. Eram maioritárias no ensino superior, integravam em força o mercado de trabalho e tinham conquistado a representação política. Quatro décadas de democracia tinham possibilitado avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistiam desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimiam uma linha divisória entre elas e eles e espelhavam uma teia de relações de dominação cujo fio condutor era o sistema patriarcal dominante. Sabendo que as mulheres continuavam mais expostas a descriminações e a vários tipos de violência e num momento em que se assistia ao recrudescimento do reacionismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que traziam consigo a ameaça do retrocesso de direitos, as suas lutas e conquistas iam continuar a garantir a todos mais justiça, igualdade e solidariedade. A Assembleia Municipal de Vila Verde saudava o Dia Internacional das Mulheres, celebrava as conquistas alcançadas e reafirmava as lutas que ainda faltava travar. Mas referiu que acreditava e esperava que os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Braga lutassem pela igualdade de género. ----------
-----Ana Daniela Barbosa, do partido CHEGA, apresentou um voto de solidariedade relativo à guerra na Ucrânia, no qual prestou a devida e sentida solidariedade para com o povo ucraniano pelo seu sofrimento que, diante da invasão da Rússia, se vira obrigado a defender a sua nação perante uma das maiores atrocidades de que há memória, em pleno século XXI. A situação que vivenciavam mostrava um dos maiores atentados aos direitos de um país e das suas populações, corrompendo com a soberania de uma nação. Considerou ainda que era de enaltecer a prontidão das instituições nacionais e, em especial, das instituições municipais que, desde logo, se haviam colocado na linha da frente no apoio às vítimas da guerra. ----------
-----Filipe Silva, do PS, referiu que a sua bancada vinha reforçar aquilo que, neste dia, a todos unia, reportando-se aos acontecimentos na Ucrânia, expressando o sentimento de profunda condenação do ataque da Federação Russa contra a integridade territorial do Estado soberano que era a Ucrânia. Apelou ao cessar-fogo e à imediata retirada das

tropas russas do território ucraniano. Manifestou ainda uma total solidariedade para com o povo ucraniano, em particular para com a comunidade residente em Vila Verde. Mais apelou à Sra. Presidente da Câmara que, no espírito de colaboração entre os diferentes territórios, no espetro europeu, o Município de Vila Verde se envolvesse no apoio ao acolhimento de ucranianos, ao abrigo do direito da proteção internacional, podendo contar com toda a ajuda do PS naquilo que fosse necessário. Reportando-se às últimas eleições, considerou que haviam melhorado no tocante à mobilização, tendo mais pessoas a votar e diminuindo significativamente a percentagem de abstenção. Ressalvou que dezoito mil cento e oitenta e quatro Vilaverdenses não haviam votado, estando-se, assim, perante um trabalho de todos no esforço de credibilização das instituições e de mobilização de mais pessoas para a votação e para a participação democrática. António Costa fora o grande vencedor da noite, rosto de um partido socialista alegre, destemido e lutador que alcançara uma vitória clara e expressiva. Contra todas as sondagens e contra os desejos dos adversários, os portugueses haviam dado uma maioria absoluta ao PS, a segunda da sua história e, em Vila Verde, com o peso da responsabilidade que se impunha, havia tido o melhor resultado de sempre, numas eleições legislativas. Fora o resultado do que o PS tinha feito em Vila Verde, como a rotunda da Loureira, a iniciativa 1, o regadio de Cabanelas e a primeira EIP dos Bombeiros. Agradeceu os votos dos Vilaverdenses e a maioria dada pelos portugueses, mas também referiu, parafraseando António Costa, que uma maioria absoluta não era o poder absoluto, não era governar sozinho, era governar com todos e era isso que se propunham fazer, apoiando o executivo e tudo aquilo que fossem soluções a favor dos Vilaverdenses. Dirigiu ainda uma palavra aos candidatos a deputados do PS, a Professora Isabel Oliveira e o Aires Fumega que haviam representado bem as instituições e, hoje, os governantes estavam muito mais informados acerca dos problemas e das instituições dos Vilaverdenses. Havia já parabenizado o Eng. Carlos Cação pela sua eleição e considerou que o mesmo tinha a grande oportunidade de se bater pela defesa desta região, contribuindo para o desenvolvimento e para a melhoria das condições de vida de todos os seus habitantes. Desejou-lhe as maiores felicidades na defesa de Vila Verde e dos valores democráticos que colocavam as pessoas no centro da sua governação. -------

-----Emanuel Machado, do PS, considerou que a Lei n.º 39/2021, de vinte e quatro de junho, tinha vindo definir o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias, revogando a Lei n.º 11-A/2013, de vinte e oito de janeiro, conhecida como a lei Relvas, que procedia à reorganização administrativa dos territórios das freguesias. Procedeu à leitura, na íntegra, do teor das alíneas que, na presente Lei, no seu artigo quarto, definiam os critérios de apreciação para a reestruturação e criação de freguesias. Questionou o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Vila Verde, até ao momento, no sentido de reverter o processo de unificação de freguesias instaurado no passado. Esta questão não podia ser descurada pelo Município e surgia depois de auscultada a população de diversas freguesias que se encontravam nesta posição. Uma franja considerável dos seus habitantes ansiava uma solução para este problema estrutural que interferia com as suas vidas e assuntos de foro administrativo, bem como com a eficiência da gestão das necessidades de cada localidade. Assim, a bancada do PS pretendia saber em que etapa se encontrava este processo tão premente para os municípios afetados por esta questão. ----------

-----Patrícia Gonçalves, do PS, conveio que a questão do PDM era estrutural para a sociedade e que falar deste documento era falar de várias coisas, de economia, interesse público, desenvolvimento e futuro. A discussão e preparação da revisão do PDM precisava do contributo de todos até porque era com a pluralidade de ideias e de contributos que se encontravam as melhores soluções para o concelho. Dada a importância deste assunto e para que a revisão, no tempo oportuno, fosse votada com critério e de forma consciente, o PS propunha a constituição de uma comissão desta Assembleia para acompanhar a revisão do PDM, nos termos do artigo 54.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Verde. A Assembleia Municipal não só podia como devia acompanhar aqueles trabalhos, contribuindo para a solução e para o sucesso do concelho. O PS queria fazer parte daquela solução, assim como acreditava que todos os membros da Assembleia também, motivo pelo qual propôs que o Presidente da Mesa levasse a votação a criação de uma comissão para acompanhar a revisão do PDM. ----------

-----O Presidente da Mesa deu conta da necessidade de esta proposta vir um pouco mais detalhada, do ponto de vista técnico, porque a matéria, relacionada com o PDM, era muito densa, não obstante, não deixava de consubstanciar uma proposta e, nos termos do artigo 55.º, era a Assembleia Municipal que tinha que deliberar sobre a sua constituição, ficando, a partir de então, em aberto, a possibilidade de ser discutida na especialidade, embora lhe parecesse que, objetivamente, a proposta devesse chegar detalhada, para que, ao abrigo do princípio da transparência, os deputados tivessem noção dos temas que se pretendia, efetivamente, discutir. Seguidamente, o Presidente da Messa leu, na íntegra, a proposta apresentada por Patrícia Gonçalves, cujo teor se passa a reproduzir: "Eu, Patrícia Daniela Pereira Gonçalves, enquanto membro desta Assembleia Municipal, proponho a criação de uma Comissão para acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Verde, termos em que se requer ao Presidente da Assembleia que proponha a votação a criação da referida Comissão." -----

-----Esta proposta de criação de uma comissão da Assembleia Municipal de Vila Verde de acompanhamento da revisão do PDM obteve a seguinte votação: vinte e dois votos contra, catorze abstenções e vinte e dois votos a favor. ----------

-----O Presidente da Mesa expressou a sua abstenção na votação da proposta e aduziu que Patrícia Gonçalves podia ainda apresentar ao Plenário, de forma mais detalhada, a proposta, altura que que ponderaria o efeito prático do voto que lhe correspondia.

-----Patrícia Gonçalves voltou a intervir para dizer que o que o PS pretendia era fazer parte daquela solução, estar por dentro dos assuntos, porquanto se estava a falar de um documento muito extenso. Queriam colaborar e estar presentes em todas as diligências que fossem naquele sentido. Era impossível traçarem já um objetivo claro daquilo que pretendiam fazer. Em sede de Comissão Permanente podiam discutir os termos em que esta comissão ia ser feita, considerando que era do interesse de todos os presentes a criação desta comissão, pois tratava-se de um assunto que ia comprometer a vida de todos os Vilaverdenses, nos próximos anos. ----------

-----Ricardo Cerqueira interveio para revelar que a sua bancada acompanhava a proposta e a argumentação do PS, considerando que era de toda a utilidade a criação desta comissão. ----------

-----Filipe Lopes, do PSD, referiu que se estava a falar de uma revisão do PDM apenas no tocante ao ajuste de solo classificado como urbanizado ou não urbanizável que

deixava de existir a partir de treze de julho de dois mil e vinte. O urbanizado reportava-se a solos já devidamente infraestruturados, com arruamentos, abastecimento de água, saneamento e eletricidade, entre outros, e os urbanizáveis eram as áreas com grande potencial de expansão. O PDM tinha sido aprovado, por esta Assembleia Municipal, em dois mil e catorze, era revisto de dez em dez anos e este ponto específico, que acontecia a nível nacional, significava que os solos urbanizáveis passavam a solos rurais, aniquilando, em noventa e oito ou noventa e nove por cento, a sua probabilidade de construção. Relativamente à pretensão da bancada do PS de estar atenta a esta situação, só agora manifestada, reparou que a mesma não podia estar atenta a estas situações, porquanto a revisão em apreço já abrira a discussão pública, no Município de Vila Verde, em vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove. A Câmara Municipal de Vila Verde, em reunião de dezassete de dezembro de dois mil e dezoito, havia deliberado, por unanimidade, iniciar o processo de revisão do PDM, adaptando aos novos conceitos de solo urbano e solo rústico introduzidos pela lei, estabelecendo um prazo de dezanove meses para a conclusão do procedimento de alteração que, assim, terminava a treze de julho de dois mil e vinte, ou seja, já com algumas prorrogações, sendo seu entendimento que devia haver discussão, mas era um tema demasiado complexo para trazer já a uma sessão da Assembleia Municipal para votação, devendo antes ser levado a uma Comissão Permanente para ser discutido e ser tomada uma posição, a exemplo do que havia sucedido com outros temas desta dimensão. ----------
-----A Presidente da Câmara Municipal sustentou que esta era um tema que a todos dizia muito, especialmente aos presidentes de Junta que, como o Executivo Municipal, pretendiam, e bem, defender o seu território. Na sexta-feira, a Edil e a Vereadora Michele Alves tinham estado toda a tarde na CIM Cávado, com a CCDRN e com a Reserva Agrícola, a lutar pelo PDM de Vila Verde. Esta Assembleia já tinha votado esta revisão do PDM e a mesma já teria terminado se não fosse a pandemia. Esta não era a revisão geral do PDM de que todos estavam à espera. Esta era imposta pela lei e tinha a ver com a questão do solo, consubstanciando uma revisão de contenção. Vinte e uma instituições iam analisar a proposta de Vila Verde. O Executivo defendera com unhas e dentes a sua proposta. Havendo território destinado a construção que, efetivamente, não tinha sido objeto de qualquer construção, eram-lhes solicitadas explicações para tal situação. Esta documento teria que estar pronto em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelo que ainda iam a tempo de, nos terrenos destinados a construção, nas freguesias, poderem entrar com um projeto de informação-prévia, mas o mesmo teria que ser feito pelos detentores desses terrenos e que queriam, ou não, construir nos mesmos. Aqui, a função do Município era proteger o que tinha, não podendo brincar com isto, pois, até trinta e um de março de dois mil e vinte e dois, se não estivessem reunidas as vinte e uma instituições à volta da mesa, o Município perdia acesso a todos os fundos comunitários. Queriam a participação de todos, razão pela qual aquele plano havia sido apresentado, em duas sessões, a todos os presidentes de Junta, tendo os mesmos sido esclarecidos relativamente à contenção, questão que era extremamente difícil. O tempo urgia, todos os contributos eram bem-vindos, mas o tempo não era de se fazer comissões. Este havia sido o tempo conseguido, pois a pandemia interrompera os prazos, caso contrário, o plano já estaria pronto. Exortou a que todos fizessem chegar os seus contributos, até porque o documento ia para discussão pública. A constituição da comissão era já tardia e a Edil perguntou quem se responsabilizava se o Município

ficasse sem acesso a fundos comunitários e pelas áreas que estavam previstas no Plano, que já não estavam agora, nas zonas de acolhimento empresarial onde já havia dois PIP aprovados com investidores interessados em ali realizar investimentos. Quem lhes ia dizer que a área de acolhimento empresarial que a maior parte das freguesias pretendia, como estava a acontecer em Coucieiro, em Arcozelo, em Prado, em Soutelo, ia ter expansão em Oleiros e já estava em expansão com Gême. Perguntou como é que se podia dizer a um Presidente de Junta, e este à população, que já não se queria uma zona para acolhimento empresarial, na qual se podia criar emprego para fixar os jovens. Nas freguesias existiam zonas de construção de habitações, sendo que a freguesia de Atiães tinha zona de construção. Reiterou que se estava numa revisão de contenção e que estavam a fazer tudo para manter as zonas do concelho tal como elas estavam. Os investidores precisavam fazer chegar intenções para aqueles terrenos, para que não ficassem desocupados e não viesse qualquer daquelas instituições tentar tirar algumas das zonas constantes no PDM. O concelho não podia desperdiçar qualquer oportunidade de acesso a fundos. O PRR, o 2020, o Overbooking e o Quadro Comunitário estavam aí à porta e não podiam ser desperdiçados. ----------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Atiães considerou que era mentira que aquilo se resolvesse apenas com a aplicação da lei dos solos para retirar zonas urbanizáveis e, se assim fosse, não tinha trazido o assunto para discussão, pois não se estava a fazer apenas contenção, estava-se a fazer também dilatação e alteração de zonas que, de acordo com a lei dos solos, deveriam sair das áreas urbanizáveis e passar para solo rústico, mas não era o que estava a acontecer. As dezenas de hectares de que estava a falar estavam em zonas urbanizáveis e o Município queria transformá-las em zonas urbanas no próximo PDM. Estava numa zona urbanizável que não tinha rede de infraestruturas mínimas para o licenciamento, tais como redes viárias, de abastecimento de água, de saneamento e de eletricidade. Se ainda ia entrar em discussão pública, quis saber como é que os membros desta Assembleia ainda não conheciam os documentos e afinal já existiam outros proponentes que tinham PIP acabados de entrar e pedidos de licenciamento. Votava a favor da criação da comissão porque nenhum dos membros do Plenário se podia demitir do acompanhamento de um assunto que era de todos. Não era com o argumento da pressa que este assunto não devia ser analisado por esta casa.

-----Patrícia Gonçalves voltou a intervir, referindo que a Presidente da Câmara dissera que, até trinta e um de março, iam ser ouvidas vinte e uma instituições, mas o seu objetivo não era comprometer esse trabalho, pretendiam apenas acompanhá-lo, para depois poder discuti-lo de forma muito clara. Não queriam condicionar os fundos comunitários, pretendiam apenas fazer parte da solução. Até trinta e um dezembro ainda havia muita coisa a acompanhar. Esta alteração condicionava muita coisa. Por exemplo, no norte do concelho, se calhar, algumas zonas iam ser alteradas, mas queriam fixar lá os jovens. ----------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Cervães, Hélder Forte, interveio para proferir declaração de voto sobre a proposta inicial, na qual se abstivera por achar que este assunto era deveras importante, sobretudo para os presidentes de Junta que, nos próximos dez anos, iam ser apontados relativamente à possibilidade ou de as pessoas construírem ou não, não podendo votar contra uma comissão que viesse ajudar a acompanhar a revisão do PDM, mas também não podia votar a favor de uma medida

que pudesse prejudicar os trabalhos executados. Agradecia, contudo, todos os esclarecimentos possíveis sobre este assunto. ----------

-----O Presidente da Mesa revelou que se abstivera até que fosse esclarecido e confessou que, do ponto de vista técnico e jurídico, não estava elucidado, porque não conhecia verdadeiramente os timings deste processo e até que ponto os mesmos podiam, ou não, atrapalhar. Assim, manteve a sua abstenção neste assunto. Considerando que existia empate, ia voltar a colocar o assunto a votação. ----------

-----Esta proposta de criação de uma comissão da Assembleia Municipal de Vila Verde de acompanhamento da revisão do PDM foi rejeitada com catorze votos a favor, dezoito abstenções e trinta e um votos contra.

-----O Presidente da Mesa considerou que a apresentação da proposta, pela deputada municipal Patrícia Gonçalves, tinha sido salutar, com espírito de colaboração e de interesse para o Município, tendo sido democraticamente escrutinada. Os esclarecimentos haviam sido dados, as questões tinham sido levantadas, tinha sido possível ponderar sobre as mesmas e votar novamente. A proposta tinha sido rejeitada, mas ficava a iniciativa que era de louvar, embora lhe parecesse que, de facto, o assunto se revestia de complexidade técnica e que o mesmo tinha exposição pública de fundo, razão pela qual a todos era facultado direito e o dever de no mesmo participar, estando, assim, à disposição mecanismos para o efeito. ----------

-----João Silva, do PS, em declaração de voto, revelou que não concordava com a segunda votação, porque, depois, tinha havido um convencimento que não residia na democracia e achava que este processo havia sido pela negativa, porquanto era importante para Vila Verde, para os presidentes de Junta e para todos os presentes. Reforçou que, normalmente, não votava duas vezes e entendia que, mesmo em termos procedimentais, tal não deveria existir. ----------

-----O Presidente da Mesa esclareceu que, tendo havido empate, teria que haver nova votação. ----------

-----António Alberto Rodrigues, do PSD, interveio para reforçar a posição de total repúdio do povo de Portugal, dos Vilaverdenses e do grupo parlamentar do PSD, em particular, relativamente à agressão perpetrada pela Rússia na Ucrânia e apelar à paz e ao amor entre os povos. Todas as propostas dos grupos parlamentares sobre este assunto recebiam o apoio total da bancada do PSD. Veio também enaltecer, em nome da sua bancada, duas das maiores e mais representativas instituições desportivas do Concelho de Vila Verde: o Grupo Desportivo de Prado, que obtivera três medalhas de ouro nos Campeonatos Nacionais de Taekwondo na vertente de Combates, sendo também vice-campeão nacional por equipas nos escalões de Juniores Femininos e Seniores Femininos, e o Clube Náutico de Prado que fizera quarenta anos no pretérito dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e dois. Saudou também os excelentes atletas do Grupo Desportivo de Prado, Joana Dias, que tinha estado em destaque ao ser duplamente campeã nacional, pois vencera na categoria de cinquenta e nove quilos, em Juniores Femininos, e, no seu ano de estreia em seniores, alcançara também o ouro, na categoria de sessenta e dois quilos femininos. O atleta Lourenço Silva, que alcançara a medalha de ouro em Juniores setenta e três quilos masculinos, naquele que fora também o primeiro campeonato nacional realizado pelo atleta no escalão de juniores. Também em destaque havia estado Tiago Alves, ao obter a medalha de prata na categoria de Seniores oitenta quilos masculinos. O atleta Guilherme Pacheco, que alcançara um

terceiro lugar na categoria de cadetes masculinos na sua época de estreia, também tinha elevado o nome do Grupo Desportivo de Prado e do Concelho de Vila Verde nestes campeonatos. Estes resultados eram também um fiel testemunho e claras evidências do empenho dos seus técnicos e dos seus dirigentes assim como das políticas de apoio à juventude e ao desporto do Município de Vila Verde. Quanto ao Clube Náutico de Prado, um dos clubes nacionais de maior nomeada, deixou um voto de gratidão pelos serviços prestados à Juventude e ao Desporto e que os anos vindouros trouxessem muitos mais campeões nacionais, europeus, mundiais e olímpicos. Muitos parabéns a todos os que tinham feito parte desta riquíssima trajetória histórica, dirigentes, técnicos e atletas e que, os próximos, fossem mais quarenta anos de sucessos. Como ficava claro pela sua ação, era com os Vilaverdenses e com as suas instituições que o Município de Vila Verde queria construir o futuro e, deste modo, propunha-se continuar a apoiar o desporto, a juventude, as associações e clubes que, no dia-a-dia, davam as condições para que os jovens praticassem desporto e se formassem como homens e, se possível, como novos campeões. ----------

-----Maria José Gomes, do PSD, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Correia, ex-Presidente da Junta de Freguesia de Cervães, e da Dra. Noemi Macedo. Referiu que o motivo da sua intervenção se, por um lado, exprimia tristeza, por outro, o reconhecimento de um grande Presidente de Junta que partira, mas cujo testemunho permaneceria no coração dos Cervanenses e dos Vilaverdenses. Falecera no dia vinte e cinco de janeiro, o Sr. João Correia que havia estado na Junta de Freguesia de Cervães durante vinte anos, quatro como Tesoureiro e dezasseis como Presidente, entre mil novecentos e noventa e três e dois mil e treze, Com a sua morte, Cervães perdera um homem bom, um lutador persistente na defesa das causas em que acreditava e que tinham permitido o desenvolvimento da sua freguesia. Homem sábio e generoso, que conhecia os recantos da terra que tanto amava, que não sabia dizer não. Cumpridor incansável das suas obrigações, solidário com os outros, mas também muito exigente consigo e com o seu executivo que se esquecia que era uma da noite e cinco ou seis horas da madrugada para telefonar e exprimir o que nessas horas havia pensado sobre problemas da freguesia. Tantas tinham sido as vezes que a Câmara tinha visitado a freguesia por uma ou duas obras agendadas e, obrigando-os a percorrê-la, apresentava uma dezena para execução simultânea, cuja persistência e teimosia acabavam, muitas vezes, por vencer. Tinha sido igualmente com espírito de missão e fieldade que cumprira também, neste Assembleia, os seus mandatos na qualidade de Presidente de Junta. Tal como dissera Saramago, "no fundo, todos temos necessidade de dizer quem somos e o que estamos aqui a fazer e a necessidade de deixar algo feito, porque esta vida não é eterna e deixar coisas feitas pode ser uma forma de eternidade". O Sr. João Correia havia cumprido este feito e ia ficar, eternamente, na memória da sua freguesia. Também um voto de pesar pela Dra. Noémi Macedo que falecera recentemente, pelo seu contributo para a vida política e para o desenvolvimento do concelho de Vila Verde. Assim, pela sua dedicação à causa pública, todas as bancadas, dos diversos partidos, propunham que esta Assembleia Municipal deliberasse um voto de pesar e de reconhecimento em honra dos dois e que se desse conhecimento à sua família. ----------

-----José Duarte Sousa, do PSD, depois de referir que intervinha pela primeira vez e que era para si um orgulho fazê-lo, assim como de desejar a todos um bom mandato e que todas as ações de todos concorressem para o bem do concelho, interveio sobre a décima

segunda edição do Mês do Romance promovida pelo Município de Vila Verde, que tinha neste dia o seu último evento. Os lenços de namorados eram uma das maiores marcas identitárias do território do concelho de Vila Verde. Procedeu a uma resenha histórica dos Lenços, com origem no século XVIII, contextualizando-os no meio rural da região do Minho e a sua função de declaração de amor, por parte das donzelas, através daquela forma de código. Em panos de linho tecidos por elas ou em lenços de algodão, a rapariga bordava o lenço e fazia-o, secretamente, chegar ao amado. Se este o ostentasse, tal era sinónimo de correspondência amorosa, começando o namoro. O Município, com base na valorização destas tradições, havia desenvolvido eventos para a promoção dos Lenços. Depois de um ano de interregno em resultado da pandemia, esta edição contara com o envolvimento de diversos parceiros públicos e privados. Este roteiro turístico-cultural tivera na Gala Namorar Portugal a sua expressão máxima. Contara também com a realização de vários workshops, concertos musicais, sarau de poesia, feira de artesanato, concentração de carros antigos, passeio de vespas, caminhada solidária, trilhos no norte do concelho e uma descida do rio Cávado. Permitira ainda a promoção de entidades concelhias, como o alojamento local, a restauração, a doçaria, a gastronomia, a indústria têxtil, o vestuário, a cerâmica, a beleza estética, entre outros. Esta edição aparecia como uma lufada de ar fresco para a economia local arrefecida pela pandemia. Contabilizaram cerca de sessenta eventos, no concelho, em Braga, Vila das Aves, Vila Nova de Cerveira, Monção, Gaia e Porto, além dos programas televisivos que, no Dia de S. Valentim, haviam transmitido programas ou reportagens a partir de Vila Verde. Tratou-se de um vasto programa que valorizara e continuava a valorizar Vila Verde, promovia este concelho pela positiva e contribuía para o desenvolvimento da economia local. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal, respondendo ao Presidente da Junta de Atiães, esclareceu que os dois PIP que haviam entrado se destinavam a uma zona urbanizável, sendo que os mesmos, tal como os destaques, eram possíveis, o que levou a Edil a aconselhar todos os presidentes de Junta e todos os presentes que conheciam pessoas proprietárias de terrenos onde não tinha havido construção a avisarem-nas para darem entrada de um PIP ou de um destaque, até cerca do mês de agosto, manifestando, assim, vontade de construir nesses terrenos, para que os mesmos não deixassem de ser urbanizáveis. Sublinhou que a questão da guerra na Ucrânia era um assunto que a todos unia e referiu que já tinham sido dados passos e estavam a trabalhar com algumas instituições no sentido de receberem refugiados, em Vila Verde. Tinham também articulada uma recolha de bens, mas, neste momento, diziam-lhe que, para levar para a Ucrânia, a situação estava caótica, pois estava todo o mundo a fazê-lo e nem havia já voluntários para trilhar esse material. Atendendo a que podiam receber refugiados ucranianos, iam iniciar uma campanha de recolha de bens de primeira necessidade para entregar a essas famílias. Logo que as instituições humanitárias tivessem capacidade para transportar e entregar bens, iam então avançar com a recolha e dádiva de bens essenciais, tarefa que reclamava a ajuda de todos. Até ao momento, nenhuma União de Freguesias havia manifestado a vontade de separação, razão pela qual ia aguardar. À medida que surgissem manifestações de vontade de desagregar, iam acompanhar e apoiar, tratando de verificar se as mesmas se enquadravam na Lei. Havendo esta vontade por parte das juntas de freguesia e da população, estavam ali para trabalhar com todos e para ver o que seria melhor para cada uma das situações. Relativamente às

outras matérias, agradeceu os contributos de todos e solidarizou-se com os votos de pesar apresentados. Deixou também uma referência e profundos sentimentos ao Dr. Manuel Lopes que não estava presente devido ao falecimento da sua sogra. ----------
-----Os dois votos de pesar apresentados por Maria José Gomes foram aprovados por unanimidade. ----------
-----No ponto 4.1., a Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de uma matéria que costumava ser trazida à sessão de fevereiro. O saldo final da conta de gerência resultava da diferença entre as importâncias arrecadadas, os recebimentos e o saldo inicial e os pagamentos que haviam decorrido num determinado exercício económico. Estavam em condições de o fazer, podiam já incorporar este montante da gerência anterior, cerca de oito milhões de euros. ----------
-----O Presidente da Junta de Freguesia de Atiães, reportando-se ainda ao assunto anterior, referiu que a Presidente da Câmara falara em zonas de facto urbanizáveis, as tais que deveriam desaparecer, só não compreendia como é que, depois da entrada da Lei dos solos, em dois mil e quinze, que desaconselhava a edificação daquela volumetria em Atiães, e depois do início do processo de revisão, em dois mil e dezoito, em dois mil e dezanove tinham o PIP e, de lá para cá, uma série de PIP, de licenciamento, e uma questão daquela grandeza não era comunicada nem à população nem às autarquias. Não compreendia como pretendiam que os presidentes de Junta fossem os interlocutores primordiais da população quando estava aqui em causa uma marca que ficava para sempre numa população. Hectares de edificação de áreas industriais, naquele local, feita à margem dos populares, parecendo que o mais importante eram os promotores imobiliários. Isso era algo que o Edil de Atiães não compreendia. ----------
-----Pedro Araújo, do PS, interveio para solicitar à Presidente da Câmara Municipal esclarecimento. Pensava que era a primeira vez que tinha sido proposta a incorporação do saldo anterior antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, pelo que quis saber qual o motivo da urgência naquela incorporação do saldo, quais os compromissos financeiros assumidos e quais os novos encargos. No respeitante ao desempenho orçamental, consideravam que o mesmo ficara aquém do prometido. A receita de capital prevista era de aproximadamente treze vírgula nove milhões de euros e haviam sido executados cinco vírgula oito milhões; o mesmo acontecia com a despesa: estava prevista uma despesa total de quarenta e três milhões e tinham sido executados trinta e seis milhões. Este dinheiro tinha feito muita falta às populações, nas vias de comunicação, nos transportes, nos resíduos urbanos, na melhoria das condições para a indústria e no ensino. Bastava escutar as imensas queixas relativas às vias de comunicação em péssimo estado de conservação por todo o concelho, sendo que algumas já se encontravam num tal estado de degradação que iam exigir uma intervenção muito mais dispendiosa. Aliado a este assunto, surgia a instalação de infraestruturas de saneamento, água e gás que deveria ser melhor planeada e executada, mas aguardariam pela Prestação de Contas para uma melhor apreciação deste números. Relativamente à distribuição do saldo de gerência, em quase todas as rúbricas, o valor apresentado como sendo da dotação atual era diferente do valor votado no passado dezembro, pelo que quis saber qual a razão daquela diferença. No concernente ao saneamento, questionou o que acontecera a quinhentos mil euros naqueles dois meses. Em dezembro, haviam votado uma dotação de três ponto um milhões de euros positivos

e, no documento agora em votação, apresentavam dois ponto seis milhões de euros. Aquilo fazia com que, na distribuição dos oito milhões de euros, o reforço das verbas em saneamento fosse, na realidade, de apenas cem mil euros e não seiscentos mil euros como apresentavam, o que, em vez de um aumento de vinte e três por cento, se tornava num aumento de três por cento. Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, tinham um aumento de cinquenta por cento e, embora sendo certo que muito tinha que ser melhorado naquele serviço, para ir ao encontro das necessidades e anseios da população, perguntou qual a razão daquele aumento significativo. Questionou se o reforço de dois milhões de euros em vias de comunicação estava relacionado com o aumento das rotas e melhoria dos serviços, considerando que os serviços deviam ser revistos e melhorados, havendo crianças a ter que estar nas paragens de autocarro mais de uma hora antes de estarem nas escolas. ----------

-----A Presidente da Câmara, depois de esclarecer que algumas questões eram de natureza técnica e que depois faria chegar as respetivas respostas, referiu que não havia nenhuma pressa relativamente a esta incorporação do saldo, apenas estavam em condições de o fazer, para os compromissos assumidos com as GOP ali aprovadas em dezembro. O dinheiro era para a água, saneamento, vias de comunicação e tudo o que estava inscrito nas GOP. Ainda estavam a executar obra, as estradas continuavam a ser requalificadas, prosseguiam os investimentos no saneamento e na água. Estavam a incorporar saldo de gerência do ano anterior. ----------

-----O ponto 4.1. foi aprovado por maioria, com cinquenta e sete votos a favor, zero votos contra e oito abstenções. ----------

-----No ponto 4.2., a Presidente da Câmara, reportando-se também aos pontos 4.3. e 4.4., referiu que se tratava de atos administrativos. Tinham que abrir procedimentos concursais para a Unidade de Contratação Pública – expediente geral; para a Divisão de Administração e Finanças e para a Divisão de Urbanismo e Edificação, dois de terceiro grau e um de segundo grau, não estando, neste momento, com as chefias, pelo que tinham que abrir estes procedimentos concursais, sendo que o ponto 4.3. consubstanciava o regulamento para os mesmos. ----------

O ponto 4.2. foi aprovado por unanimidade. ----------

O ponto 4.3. foi aprovado por unanimidade. ----------

O ponto 4.4. foi aprovado por unanimidade. ----------

No ponto 4.5., a Presidente da Câmara Municipal recordou que este assunto já tinha vindo à sessão anterior, entretanto haviam continuado com o processo, o qual, neste momento, estava mais ou menos constituído, faltando apenas representante do Conselho Municipal de Juventude, órgão que ainda estava a ser constituído, mas tendo todos os outros elementos que do mesmo faziam parte, nomeadamente professores eleitos, IFP, DGEstE, Saúde e todas as instituições que o integravam. Reunia três vezes ao ano, aproximadamente em cada período letivo, discutia as políticas educativas, os temas de maior interesse para a educação em Vila Verde. ----------

-----O ponto 4.5. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----No ponto 4.6., a Presidente da Câmara Municipal referiu que o documento era extremamente importante e estratégico, tendo sido aprovado por unanimidade em sede de reunião de Executivo Municipal. Tinha estado a ser feito conjuntamente com o IRU que havia financiado o projeto. Tinha sido feito um levantamento exaustivo de diagnóstico da habitação fragilizada ou indigna do concelho de Vila Verde. O Plano

incidia muito na questão das etnias que viviam ainda em barracas, embora outras situações também fossem identificadas, em termos de mapa territorial. A partir de agora podiam ter acesso ao PRR que ia abrir linhas específicas para a questão habitacional. Fez ainda referência às casas de famílias mais envelhecidas, com reformas baixas e com os filhos no estrangeiro, sobretudo na zona norte do concelho, que tinham dificuldade em recuperar as suas habitações. ----------

-----Joaquim Oliveira, do PS, sustentou que o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Primeiro Direito, constituía um dos instrumentos criados no quadro da Nova Geração de Políticas de Habitação e tinha como principal objetivo dar resposta às famílias que viviam em situação de grave carência habitacional e garantir as condições de acesso a uma habitação condigna a quem não dispunha de capacidade financeira para aceder a uma solução habitacional adequada. Neste contexto, em Vila Verde, tinha cabido ao Município efetuar o diagnóstico das situações habitacionais existentes e elaborar estratégias locais de habitação que enquadrassem todos os apoios financeiros a conceder. Para o efeito, tinha sido contratada uma consultora que elaborara um estudo, no qual identificara cento e sessenta e seis famílias e quatrocentas e sessenta e sete pessoas que viviam em condições habitacionais de precaridade, sobrelotação, insalubridade, inadequação e insegurança, assim como em situação de carência financeira que não lhes permitia suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. No ponto 2.4 do estudo, análise SWOT, estavam caraterizados os fatores internos e externos que definiam os pontos fortes e os pontos fracos do setor da habitação do concelho de Vila Verde. Sendo assim, importava referir que, comparativamente, as fraquezas e ameaças ultrapassavam largamente as forças e oportunidades. Agora, com dados, era tempo de beneficiar da descentralização de alguns serviços e equipamentos do concelho; da localização geográfica do concelho de Vila Verde; da baixa pressão imobiliária e do preço por metro quadrado mais competitivo, face aos concelhos limítrofes, como Braga e Barcelos; dos apoios sociais no âmbito da habitação para estratos sociais desfavorecidos, caraterizados pela integração do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Primeiro Direito, no Plano de Recuperação e Resiliência. As pessoas precisavam e era tempo de agir; sendo assim, era premente aumentar o parque habitacional público; melhorar as condicionantes económicas e estruturais, como abastecimento de água e saneamento; aumentar a capacidade de resposta aos casos sinalizados; reduzir os núcleos habitacionais precários; melhorar os acessos e aumentar a rede pública de transportes; realojar as famílias em situação de precaridade extrema; descentralizar a oferta habitacional. Este era, de facto, um problema no qual todos se deviam empenhar, razão pela qual o PS ia votar favoravelmente neste ponto. ----------

-----Filipe Lopes considerou que, atendendo ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Primeiro Direito, em que iam apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que viviam em condições indignas e que não dispunham de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, o Município de Vila Verde procedera à elaboração de um diagnóstico de necessidades habitacionais, dando origem à Estratégia Local de Habitação, em apreço. Analisando os dados da mesma, verificava-se que estavam identificadas como casos prioritários cento e sessenta e seis famílias, o que representava quatrocentas e sessenta e sete pessoas, sendo que, destas famílias, cento e sessenta e cinco podiam beneficiar do programa de apoio Primeiro Direito. As principais linhas de intervenção necessárias para resolver as

carências habitacionais concelhias englobavam a reabilitação de fogos insulares e inadequados, sempre que passíveis de serem recuperados, aquisição de fogos e edifícios devolutos para reabilitar/arrendar e, posteriormente, com recurso a rendas reduzidas, bem como a construção de novos fogos de habitação social. Considerando o número de famílias que podiam beneficiar deste programa, estimando-se um investimento necessário na ordem dos dezoito milhões e quatrocentos mil euros, e que a aprovação desta estratégia permitia ao Município, no futuro, apresentar candidaturas de apoio ao abrigo do mesmo programa, potenciando a resolução de carências habitacionais, o Grupo Municipal do PSD ia votar este ponto favoravelmente. ----------

-----O ponto 4.6. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----No ponto 4.7., a Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde esclareceu que estava em apreço uma medida de apoio à natalidade, questão que tinha vindo a suscitar grande interesse entre as pessoas. O regulamento tinha estado em discussão pública durante trinta dias, não tendo surgido qualquer contributo relativamente à proposta inicial. Todas as crianças nascidas a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e dois tinham direito ao Vale + Nascer Vilaverdense, no montante de duzentos e cinquenta euros que as famílias podiam gastar em farmácias, sendo que todas as farmácias vilaverdenses haviam aderido ao programa. As famílias tinham seis meses para fazer aquisições de produtos especificamente para o bebé. Em geral eram vacinas que não se encontravam no plano de vacinação, leite, pomadas, medicamentos, tudo o que a família entendesse que fazia falta. O Município, depois, pagava essa despesa à farmácia. Estimava-se que, num ano bom, nasciam cerca de quatrocentas crianças no concelho de Vila Verde e, num ano menos bom, cerca de trezentas, pelo que a estimativa ia no sentido de uma despesa de aproximadamente cem mil euros. Esta medida era uma gota de água no oceano, mas consubstanciava um incentivo. Muitas Juntas de Freguesia também tinham as suas medidas adicionais, portanto, juntos, ajudavam as famílias a cuidar melhor dos seus bebés. ----------

-----Ana Daniela Barbosa, do Chega, relembrou que esta proposta fazia parte do programa do seu partido, nas últimas eleições autárquicas, sendo um dos pilares fundamentais do mesmo. Tratava-se de uma medida importante para o crescimento populacional que traria vantagens em termos económicos e sociais. Contribuía para a fixação dos jovens no concelho, o que era um primeiro passo para o dinamismo, energia e progressão de Vila Verde. Este incentivo, conforme referira a Presidente da Edilidade, era uma gota no oceano, mas era assim que se começava concorrendo para a atração dos jovens, razão pela qual o Chega ia votar esta medida favoravelmente. ----------

-----Aires Fumega, do PS, recordou que, na sessão de setembro de dois mil e catorze, apresentara uma moção em que eram sugeridas medidas de apoio à natalidade e, apesar da resistência da Mesa em levar o assunto a votação, a mesma tinha sido aprovada por unanimidade. Essa votação não surtira qualquer efeito, como se tinha visto na sessão seguinte, em que o orçamento de dois mil e quinze não contemplava qualquer verba dedicada àquele assunto. Volvidos oito anos, tinha recebido com alegria a notícia de que o Plenário se preparava para discutir e aprovar uma proposta de regulamento de apoio à natalidade, mas a alegria fora sol de pouca dura, porquanto a proposta era muito tímida e não parecia cumprir o pressuposto de incentivar a natalidade. Estava em causa um apoio de duzentos e cinquenta euros, um vale de descontos em despesas de farmácia, no período de seis meses após o nascimento da criança e, para ter acesso a este valor, havia

que passar por um pequeno calvário. O candidato ao vale tinha que dirigir-se à Câmara, apresentar um requerimento e fotocópias com todos os documentos. Antes disso, tinha que dirigir-se à Junta de Freguesia e ter em seu poder um atestado de residência há mais de um ano, um atestado de recenseamento há mais de um ano e um atestado que comprovasse que a criança residia com o requerente em Vila Verde. Devia dirigir-se à Segurança Social e às Finanças para pedir declaração de ausência de dívidas. Depois de obter a comunicação de deferimento do Município, este entregava o vale na sequência de emissão de ficha de compromisso. Depois, o requerente entregava o vale na farmácia aderente. Após o desconto do valor atribuído, as farmácias apresentavam o vale na Câmara, juntamente com os comprovativos das compras realizadas pelo requerente, até ao dia dez do mês seguinte, tendo a Presidente da Câmara explicado em que momento o requerente recebia o valor das compras. Uma vez que não eram contemplados os outros setores do comércio, até ficava a dúvida se estavam perante um apoio às famílias ou às farmácias. Um dos considerandos que justificava este apoio era a fixação das famílias em Vila Verde, mas os casais recém-chegados ficavam sem este apoio. Um casal que chegasse agora a Vila Verde tinha que esperar três meses para a conceção da criança para que, com o período de nove meses de gravidez, o nascimento não chegasse antes de um ano e assim ficasse fora do apoio. Atendendo a que a criança podia nascer de um parto prematuro, seria melhor esperar uns cinco meses depois de fixar residência em Vila Verde. Quem chegasse em janeiro devia esperar até junho. O PS ia votar a favor desta medida que classificava de melhor que nada, mas deixava no ar a pergunta: "Alguém acredita que esta medida irá ter impacto na natalidade, em Vila Verde?" -----João Carlos Lopes, do PSD, considerou que eram do interesse comum todas as medidas que promovessem, incentivassem e conduzissem ao aumento da taxa de natalidade no concelho. Analisando os dados dos últimos anos, fornecidos pela PORDATA, verificavam que, em dois mil e um, a população jovem, no concelho de Vila Verde, representava cerca de dezanove ponto sete por cento, sendo que, em dois mil e vinte e um, a sua representatividade era de apenas treze ponto dois por cento. No sentido inverso, verificava-se um aumento da população idosa que, em dois mil e um, representava cerca de catorze ponto oito por cento da população Vilaverdense e, em dois mil e vinte e um, subira para vinte e um ponto oito por cento. Face a estes números, era vital o desenvolvimento de políticas e medidas concretas que favorecessem a natalidade e promovessem a fixação de famílias no concelho. Assim, o Vale + Nascer Vilaverdense era também uma prioridade e uma urgente exigência social. Com a aprovação deste regulamento, não só contribuíam para o aumento da taxa de natalidade como também promoviam a fixação de famílias no concelho, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida das pessoas. Além disso, era igualmente um estímulo à economia local, uma vez que o vale era utilizado em farmácias concelhias. Pelo exposto e terminado o período de consulta pública, a aprovação do presente regulamento cumpria com o compromisso assumido com os Vilaverdenses e, por essa razão, ia ter o voto favorável da bancada do PSD. ----------
-----O ponto 4.7. foi aprovado por unanimidade. ----------
-----No ponto 4.8., a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se tratava de uma alteração para três postos de trabalho, dois da categoria de assistente técnico para o serviço de saúde no trabalho e tinha a ver com a transferência de competências na área

da educação, a partir de um de abril, e um técnico superior da área de engenharia, ao abrigo da mobilidade interna, isto é, vindo de outras câmaras. ----------
-----Ricardo Cerqueira referiu que se avizinhava uma transferência de competências para os municípios, a qual, à partida, gerava oportunidades que se devia saber aproveitar, mas temiam que não houvesse a devida comparticipação para tudo o que fosse atribuído. Precisava-se de melhores condições de vida, sabiam que, na escola pública, neste momento, a situação não estava fácil, faltando professores em várias áreas do país, ainda que Vila Verde, para já, tivesse estado a salvo a este nível. Perguntou se, em Vila Verde, se estava em condições para prestar mais este serviço às crianças, com qualidade, pois o Bloco de Esquerda era apologista daquela importante base social que era a escola pública. ----------
-----A Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente, considerando que estavam preparados, fruto do trabalho que tinham desenvolvido juntamente com os diretores e das reuniões do Vereador Manuel Lopes na DGEstE. Ainda assim, o dia um de abril poderia não vir a ser a data exata da transferência, até porque a ação social, que era aquela que parecia estar num patamar mais avançado, acabara por ser adiada para um de janeiro de dois mil e vinte e três. O Município assumira que, estando reunidas as condições, em termos de ação social, tarefa executada pela Casa do Povo da Ribeira do Neiva, no território concelhio, que já tinha muito *know how* e as equipas formadas, iria avançar. A trinta e um de março caíam todos os protocolos existentes com a Segurança Social e, no dia um de abril, o Município ia assumir as competências no domínio da ação social. Relativamente à educação, o processo estava a andar e a Edil acreditava nas vantagens da política de proximidade, mas comungava das preocupações de Ricardo Cerqueira que se prendiam com o envelope financeiro, pois haviam posto tudo em cima da mesa, todos os dossiês tinham sido estudados, mas não era com cinquenta mil euros que iam fazer uma boa manutenção das escolas. Tinham feito uma boa requalificação das escolas de Vila Verde e de Prado, mas não tardaria a terem que intervir na Escola Monsenhor Elísio Araújo ou na Ribeira do Neiva. O relacionamento com os diretores, que realizavam um trabalho excecional, era muito bom, sendo feito todo o acompanhamento, estando também tudo preparado para assumir essas competências. Seguidamente, a descentralização na saúde ia ser também uma realidade. ----------
-----O ponto 4.8 foi aprovado por unanimidade. ----------
-----No ponto 5., não se verificou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----No ponto 6., o Presidente da Junta de Freguesia de Cervães interveio para agradecer à Presidente da Câmara os esforços que estavam a ser desenvolvidos e que o Edil desconhecia, no sentido do apoio à Ucrânia. Referiu que, em Cervães, tinham o hábito de realizar esse tipo de apoios e que já estavam a mobilizar-se para o efeito, sendo assim, iam juntar o seu apoio ao do Município, para que fosse maior a recolha de bens essenciais. Manifestou a solidariedade do povo de Cervães para com o povo da Ucrânia. Acrescentou que as manifestações pacíficas acabavam por ter influência nos líderes, logo, a população informada era a melhor arma e acreditava que a mesma ia ser a arma do futuro. Estavam a fazer nove meses que se dirigira a esta Assembleia a pedir um apoio para compra de um terreno em Cervães, a quinta do Patronato, o qual tinha merecido o voto unânime do Plenário. Aludiu à incansável dedicação da Dra. Júlia e ao apoio de todos e informou que sexta-feira ia ser feita a escritura do terreno. Foi com o esforço deste órgão que conseguiram os cento e cinquenta mil euros do Município e os

duzentos e cinco mil euros haviam sido conseguidos na freguesia. A caminhada não acabara, apenas começara esperando, dentro em breve, ter novidades relativamente à infraestrutura de cariz social a que o mesmo imóvel se tinha destinado, nomeadamente um lar de idosos. ----------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Oleiros sublinhou que não tencionava intervir nesta sessão, mas um imperativo de consciência levara-o a fazê-lo. Disse que gostava de falar olhos nos olhos, referindo que, se era verdade o que o seu colega de Atiães tinha dito, partilhava as ideias que o mesmo havia trazido, porque existia uma zona industrial de Oleiros fortíssima, que se batia com as melhores de Braga, ali estava a zona de maior criação de riqueza do concelho, mas era ainda muito carenciada, nem luz tendo na estrada principal e iam criar outra ao lado, num beco, num fundo, sem olhar pela zona que era a melhor. Todos os dias empresários lhe ligavam a pedir coisas e fazia tudo o que podia, nomeadamente a limpeza, e sabia que um empresário pagara alguma brita para terminar um caminho, mas a Câmara, ao longo dos anos, pouco investira, quando se estava a falar de uma zona industrial que tinha começado em mil novecentos e noventa e oito, consigo, e tinha vindo a crescer. O Sr. Joaquim de Barcelos, a quem este concelho muito devia, tivera a ousadia de apostar, tal como o Sr. Pereirinha de Escariz. Tinham sido os dois a dar o grande impulso. Haia empresas à procura de terreno; existiam multinacionais que tinham prémios; a Altrix empregava cerca de duzentas pessoas. Precisavam de mais terreno em direção a Cabanelas, não compreendendo como iam criar uma outra zona industrial em Atiães, quando aquela que produzia riqueza não tinha condições mínimas. Tinha sido com profunda tristeza que ouvira aquilo. Não vinha pedir à Presidente da Câmara nenhuma variante, tendo apenas falado no assunto em dois mil e dez, nem rotundas, deixando isso para os técnicos. Vinha-lhe pedir uma só coisa. A variante ia ser feita e ia fazer história, mas era um erro grave criar aquela zona industrial, pois a mesma não tinha quaisquer acessos. Não se importava que as outras freguesias tivessem investimentos, não era isso que o preocupava. Ia continuar a cuidar do parque industrial. A Altrix queria criar ali um cluster de empresas, precisando de terreno para esse efeito e o Edil estava na Junta para isso. Exortou a Presidente da Câmara a que se ordenasse o território e o dividisse bem. Se tinha ali a galinha dos ovos de ouro não ia matá-la. Convidou os presentes a visitarem a zona industrial de Oleiros e a falarem com os empresários e considerou que ainda havia muito coisa a ser ali feita, faltavam passeios. Pediu que a Câmara olhasse para Oleiros com outros olhos. Recomendou também que tivessem em atenção a questão da recolha de resíduos sólidos urbanos, sendo frequentes as queixas de Oleirenses de que o camião não passara. Ligava e estava avariado. No Verão, com o acréscimo de pessoas, haviam tido cenas lamentáveis com a acumulação de lixo doméstico e não só, por todo o lado. Desejou à Presidente da Câmara um bom mandato, e desafiou-a a que estivesse atenta aos pormenores, não tivesse medo, fosse ao terreno e valorizasse o pragmatismo, a ação em vez do discurso. ----------

-----No ponto 7., Maria Teresa Barros Gomes, de Atiães, reportando-se aos transportes, referiu que a Dra. Júlia lhe garantira que ia ter camioneta, fora do tempo da escola, até dezembro, mas, até hoje, tal ainda não acontecera, tendo que ir para Moure ou para Febros esperar esse meio de transporte. Acrescentou que telefonara, em agosto, para ser feita recolha de monstros e, até hoje, não tivera resposta. ----------

-----A minuta da ata da reunião de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e três, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. ----------

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou apresente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.--

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e sete de abril de dois mil e vinte e dois.

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário